

ENTREVISTA

VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS DEBATE A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO*

IE-00008160-9

12003

Maria Aparecida Grendene de Souza, Presidenta do Conselho Regional de Economia da 4ª Região-RS e também Presidenta do VIII Congresso Brasileiro de Economistas, a realizar-se em Porto Alegre, de 19 a 22 de setembro próximo, fala, nesta entrevista, dos objetivos, do tema geral e das questões específicas desse Congresso.

IE - Qual o tema central desse Congresso?

MA - O tema do VIII Congresso Brasileiro de Economistas sintetiza as grandes questões com que o País se defronta no momento: de um lado, a absoluta necessidade de crescer, ou seja, de saltar adiante da década perdida e de, para viabilizar esse processo, equacionar seus problemas nacionais mais cruciais; por outro lado, essa discussão partirá da constatação do fato de que não se trata de um simples processo de crescimento como continuidade do passado, mas que, pelo contrário, vai se dar em novos termos, integrado num mundo que se alterou substancialmente durante esta mesma década, o que constitui um desafio adicional ao crescimento do País.

É essa a reflexão que o Congresso propõe: não basta pensar como superar os estrangulamentos que impediam o crescimento na década de 80, não basta pensar que superá-los e crescer soluciona nossos problemas, mas há que considerar estas mesmas questões relacionadas com a forma que o capitalismo assume contemporaneamente, que é a da modernização e da formação de grandes blocos econômicos.

Assim, partindo-se de um cotejo entre as origens cepalinas do que se pode chamar de "projeto de desenvolvimento nacional" e a nova ordem internacional, cujo objetivo seria o de abrir a discussão sobre os possíveis constrangimentos de tal projeto diante da história recente do capitalismo a nível mundial, passa-se à discussão dos problemas que carac-

* Colaboraram para a realização desta entrevista os Economistas Gentil Corazza, Jorge B. Vieira e Roberto Marcantonio.

terizaram o processo de crescimento do País, contraposta ao que ocorreu a nível internacional no período recente. Sobre esta base se abre a discussão decisiva em dois momentos: num primeiro se focalizam as questões a resolver, dado o projeto de desenvolvimento nacional do País e a nova ordem internacional; num segundo momento, se discute a política econômica necessária para a efetiva retomada do desenvolvimento nacional, evidentemente consubstanciando a redefinição de um projeto nacional.

IE - Como a Senhora caracterizaria a atual crise do Projeto de Desenvolvimento Nacional?

MA - Estamos, no momento, numa situação crítica, com a falência do sistema de relações que definiram tanto o modelo de crescimento do País quanto sua inserção na economia internacional. Ora, situação crítica significa, conjuntamente, decadência e possibilidade de regeneração. Observe-se, entretanto, que esta possibilidade está condicionada pela viabilização do novo. E o novo só se instaura como reflexo de uma hegemonia a nível das relações sociais. Não se trata de uma decisão a nível das consciências, mas de uma decisão real. Nesse sentido, trata-se de reverter o quadro de decisões que foram tomadas no País, na última década, decisões estas que traduziram a supremacia da vertente conservadora na condução do processo político e econômico e que resultaram no atual quadro de dificuldades que o País atravessa. Superar este quadro e desenvolver-se supõe que o País se modernize e se rearticule no quadro da economia internacional.

IE - Entre os problemas atuais, como a inflação, o "deficit" público, a crise do Estado, a dívida externa, qual é o mais importante?

MA - Neste item vou destacar como eixo a questão do Estado, que está em todos os diagnósticos, praticamente como centro dos problemas que assolam a economia brasileira no momento. Tal diagnóstico, astutamente, torna fácil a solução dos mesmos, no mínimo porque identifica uma linha de solução como determinante, e daí a vê-la como exclusiva é um passo. De fato, a crise do Estado como agente da política econômica e, sobretudo, como agente do desenvolvimento nacional é a ponta mais evidente - e talvez a mais cômoda - do verdadeiro círculo de problemas que a economia nacional enfrenta. Evidentemente, o equacionamento e a redefinição da participação do Estado, a retomada de sua função social, enfim a "desprivatização do Estado" é um elemento básico para o equacionamento da questão econômica global, pois supõe a superação de sua forma atual: cartorial, ineficiente, atrasada, mas funcional aos interesses do atraso. Isto não significa, em todo o caso, que atrás dessa questão se resolvam todos os problemas. Porque o Estado que esta aí organizou-se, ao longo do tempo, como o complemento da sociedade neste mesmo período, expressando uma correlação de forças determinada que, esta sim, terá que es-

tar em jogo para que algo possa mudar. Não simplesmente uma decisão do Estado, mas uma decisão determinada de uma sociedade determinada, que se reflete nos resultados e nas formas da economia brasileira neste período. De fato, a abordagem que se faz num Congresso em temas específicos não prescinde da totalidade. Daí, inclusive, nossa preocupação em trazer a abordagem setorial sempre referida a um painel amplo, onde se possa contemplar a totalidade, ou ao menos tentar fazê-lo.

IE - O capitalismo vive uma nova fase de reorganização da sua economia e este é um dos temas importantes do nosso Congresso. Quais as repercussões dessa nova fase da economia mundial para a economia brasileira e da América Latina?

MA - Em primeiro lugar, centrando a questão na integração econômica a nível mundial com a formação de grandes blocos econômicos, nós vemos que, de fato, ela vem sendo planejada e implementada. Isso me parece que vem marcar, basicamente, um salto em termos de concorrência entre os grandes blocos de capital. Evidentemente, esta reorganização vai trazer para nossas economias um novo desafio, como já falei anteriormente. No caso específico da América Latina e do Brasil, o que nós temos é que, enquanto esse processo de integração vinha sendo buscado - vinha sendo planejado -, nós tivemos na economia da América Latina a chamada década perdida, ou seja, nós tivemos, a partir dos problemas da crise da dívida externa, uma conjuntura completamente desfavorável para essas economias e uma interrupção, podemos dizer assim, no seu processo de crescimento. Nós tivemos exatamente uma década que pode se caracterizar como uma década de relativa estagnação. A questão que se coloca agora, é que, de alguma forma, nós temos que achar um elo de integração com esta nova realidade econômica mundial, num momento em que nos deparamos com uma série de problemas já configurados a nível da economia nacional, como o problema do Estado, o problema do "deficit" público, dívida interna e externa. Enfim, como é que nós vamos encontrar esse elo? E temos que encontrá-lo realmente porque é a única forma de não perdermos o chamado "bonde" da história. Parece que se trata de um desafio, um desafio grande em termos de competitividade. Disso decorre que vamos ter que nos reorganizar economicamente, para podermos concorrer a nível internacional e encontrarmos os nossos elos de conexão com a integração que está em processo.

IE - Quer dizer que a retomada do crescimento da economia brasileira dentro de um novo contexto da economia mundial significa, de fato, uma maior abertura ao capital estrangeiro?

MA - Eu acho que, indiscutivelmente, nós temos que pensar o Brasil dentro da economia internacional. Nessa medida, acho que é inviável qualquer plano, qualquer projeto nacional, qualquer perspectiva de cresci-

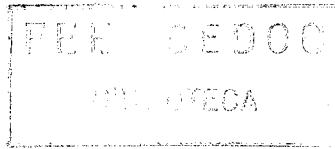
mento que exclua a participação do capital internacional. A questão não é a participação do capital internacional, e sim a forma como esse capital internacional vai ser enquadrado dentro daquilo que deve se constituir originariamente como um projeto nacional, mas nacional dentro do contexto internacional. Então, eu acho que está superada a fase daquele nacionalismo atrasado, digamos assim, daquela palavra de ordem do nacionalismo. Aliás, sobre isso eu gostaria de fazer uma observação: nacionalismo como palavra de ordem sempre foi utilizado muito a nível político, deixando, realmente, de significar uma recusa ao capital internacional. Eu acredito que agora, mais do que nunca, é preciso que se tenha claro isso, que se tenha consciência de que ter a participação do capital internacional é absolutamente indispensável para a retomada do crescimento nacional.

IE - Voltando às questões atuais da crise da economia brasileira: existe a possibilidade da hiperinflação neste momento?

MA - Eu acho que nós estamos exatamente num limite, só que me parece que o que vai definir se nós vamos entrar ou não numa hiperinflação é o pacto social que existe no País e a forma como esse pacto vai se encaminhar, porque não há dúvida de que nós temos condições para chegar a uma hiperinflação, entretanto não me parece que já estejamos caminhando para ela de uma forma decidida. É óbvio que há agentes econômicos fortes apostando nessa questão da hiperinflação, mas também há uma recusa de amplos setores de entrarem nesse processo hiperinflacionário. Eu não acredito que a hiperinflação seja um destino inevitável, mas acho que a margem de manobra e os instrumentos de controle dessa hiperinflação estão cada vez mais reduzidos. É um período de expectativas, digamos assim, aceleracionistas, sem dúvida nenhuma. É um período de grande ausência de credibilidade no Estado, mas existe a perspectiva da transição política e da possível reorganização econômica que se terá no País a partir do ano que vem. É justamente esta perspectiva que está segurando o acirramento do processo.

IE - Quer dizer que o medo da hiperinflação poder ser um freio à própria hiperinflação?

MA - Eu acho que há na sociedade brasileira, no momento, uma consciência crescente do que seriam os efeitos desastrosos de uma hiperinflação e, neste sentido, isso que tu chamas de medo da hiperinflação vem atuando como um freio. O problema é que não há freio que segure, por exemplo, uma escalada muito acentuada do problema do lastro dos papéis da dívida pública.



IE - Entre as questões a resolver, que estão na temática geral do Congresso, qual delas é mais importante?

MA - Eu acho que, indiscutivelmente, a questão mais importante se refere ao próprio tema do Congresso, ou seja, à possibilidade de retomada do crescimento e ao equacionamento dos problemas que o obstaculizam. Entre estes problemas cabe ressaltar os obstáculos colocados à retomada dos investimentos. É esta a questão crucial.

As questões do investimento, da tecnologia e do financiamento do investimento são, para mim, o cerne da questão a resolver para retomar o crescimento. Resolver o problema do financiamento vai passar, necessariamente, por um redimensionamento da capacidade de investimento do setor público, o que recoloca a questão do Estado, por um lado, e, por outro, faz lembrar que o financiamento também terá que ver com a redução da drenagem de recursos para o Exterior. Então, nós temos que recuperar a poupança do Estado e, como aspecto dessa recuperação, nós temos que reduzir o carreamento de recursos para o Exterior. Com isso, me parece que colocamos a mão no centro do problema, ou seja, para crescer é preciso que se saiba como esse crescimento será financiado.

IE - Para concluir, como deve ser a política econômica necessária à retomada do crescimento?

MA - Essa questão eu deixaria em aberto. É necessário que ela seja amplamente debatida e que sejam definidos alguns rumos possíveis para esta política econômica necessária. De qualquer forma, deve ser uma política econômica extremamente comprometida com a próxima década. Espero que, ao nível do nosso Congresso, essa questão venha a ser clareada, venha a ser equacionada dentro de parâmetros bastante amplos e, por outro lado, também bastante positivos.